

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.969 - DF
(2018/0229748-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : CLAUDIA PALMENZONE ROSA
PROCURADOR : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
EMBARGADO : EMPLAVI PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA
ADVOGADA : ANDREIA MORAES DE OLIVEIRA MOURÃO - DF011161
ADVOGADOS : VANIA AVELINO GOMES - DF040415
LEONARDO BARRA GOMES E OUTRO(S) - DF035355

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CLAUDIA PALMENZONE ROSA em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 374/378, e-STJ), que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial interposto pela ora embargada, a fim fixar os honorários em 11% do valor atualizado da causa em favor da recorrente, já considerada a majoração recursal.

Em suas razões (fls. 380/382, e-STJ), a embargante sustenta a existência de **omissão** na decisão singular, alegando não ter sido observado que a insurgente é beneficiária da justiça gratuita.

Impugnação às fls. 386/421, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos merecem acolhimento.

1. Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

De fato, verifica-se que **houve omissão** quanto à majoração dos honorários advocatícios, tendo em vista a inobservância do deferimento da justiça gratuita de fl. 312, e-STJ.

Dessa forma, merecem acolhida os embargos de declaração para sanar a omissão apontada, a fim de ressaltar o disposto no art. 98, § 3º, do NCPC.

Assim, onde consta:

Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/a a súmula 568/STJ, conheço do agravo para, de plano, dar provimento ao recurso especial a fim fixar os honorários em 11% do valor atualizado da causa em favor da ora recorrente, já considerada a majoração recursal.

Deve passar a constar:

Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/a a súmula 568/STJ, conheço do agravo para, de plano, dar provimento ao recurso especial a fim fixar os honorários em 11% do valor atualizado da causa em favor da ora recorrente, já considerada a majoração recursal, ressaltados os efeitos da concessão da gratuidade de justiça (fl. 312, e-STJ), conforme o disposto no art. 98, § 3º, do NCPC.

2. Do exposto, **acolho os embargos de declaração** para reconhecer a existência de omissão na decisão embargada (fls. 374/378, e-STJ) e **fazer constar a ressalva da gratuidade de justiça nos termos da fundamentação supra.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator

